



DO PARLAMENTO À INTERNET: a deliberação pública sob a perspectiva do Índice de Qualidade do Discurso ¹

FROM PARLIAMENT TO THE INTERNET: a public deliberation from the perspective of the Discourse Quality Index

Maria Teresa Miceli Kerbauy ²

Pedro Luis Bueno Berti ³

Resumo: Analisar as várias dimensões e modos expressivos presentes nas conversações públicas exige métodos que aprofundem a codificação de indicadores de qualidade dos discursos e as linhas de significado que surgem durante o processo deliberativo. Na área da comunicação, a literatura mais recente sobre o tema busca incorporar subsídios teóricos e metodológicos provenientes da ciência política que ajudam a operacionalizar os dados coletados em ambientes de conversação online. Entre os suportes metodológicos de análise que parecem melhor se adaptar às pesquisas sobre conversação online tem se destacado o Índice de Qualidade do Discurso (STEENBERGEN et al., 2012). Este artigo apresenta uma revisão da literatura sobre o IQD, buscando sintetizar os principais conceitos e modelos de análise e apontar as contribuições trazidas por esse método para as pesquisas comunicacionais que pretendam construir indicadores mais precisos sobre a deliberação em esferas virtuais.

Palavras-Chave: Deliberação política 1. Metodologia 2. Conversação online 3.

Abstract: Analyzing many dimensions and expressive modes present in public conversations requires methods that deepen the coding of discourse quality indicators and the lines of meaning that arise on the deliberative process. In communication, the most recent literature about the subject search for to incorporate theoretical and methodological inputs from political science that help to operationalize the data collected in online conversation environments. The Discourse Quality Index (STEENBERGEN et al., 2012) stand out among the methodological supports of analysis that seems to best the best adaptation to research on online conversation. Thus, this article presents a review of the literature on IQD, searching for to synthesize the main concepts and models of analysis and pointing out the contributions brought

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Democracia da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Departamento de Antropologia Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Araraquara-SP. Email: kerbauy@travernet.com.br

³ Mestre e doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp (Universidade Estadual Paulista). Email: p.berti@unesp.br

by this method to communicational research that intend to build more accurate indicators on deliberation in virtual spheres.

Keywords: Political deliberation 1. Methodology 2. Online conversation 3.

1. Introdução

O desenho institucional das democracias modernas tem sido objeto de constantes revisões teóricas que buscam conciliar o sistema representativo a um formato mais inclusivo de participação popular que explore as potencialidades da internet. As fronteiras que separam o modelo formal de representação política e o modelo informal de conversação pública têm sido flexibilizadas por meio da expansão de redes sociais que facilitam o acesso quase instantâneo dos cidadãos às discussões realizadas nos parlamentos.

A literatura sobre a deliberação pública sustenta que uma decisão política teria maior legitimidade quanto mais fundamentada ela estivesse em processos de conversação pública em que os indivíduos pudessem articular esforços e organizar ideias em torno de interesses políticos comuns a fim de produzir soluções práticas e objetivas para problemas e demandas sociais.

A concepção deliberativa da democracia leva em consideração não apenas os aspectos normativos e institucionais presentes nas discussões públicas, mas tenta abranger também a atividade cívica dos cidadãos em redes de sociabilidade que conferem dinâmica e organicidade ao conjunto político-social. Com o advento da internet, houve certa expectativa de que redes comunitárias pudessem se formar em torno de práticas deliberativas online o que fortaleceria o aspecto institucional das decisões políticas.

Desde então um amplo conjunto de estudos sobre a deliberação virtual se desenvolveu tendo alguns deles enfatizado, conforme os resultados sugeriam, tanto a capacidade positiva que a internet possui para mobilizar as pessoas em torno de assuntos e eventos políticos (GÖBEL, 2020; HAENSCHEN, 2016; BOND et al., 2012) quanto o seu potencial para propiciar ambientes adequados para a participação das

peçoas em conversações púbcas (VÖLKER, 2019; OZ, ZHENG E CHEN, 2018; VALERA-ORDAZ, 2019).

Para além desses aspectos de mobilização e participação, algumas pesquisas têm buscado encontrar metodologias que especifiquem dentro da diversidade dos discursos virtuais o conteúdo daquilo que as pessoas dizem, a forma como dizem e os efeitos desencadeados por esse processo (ESAU, FLEUß E NIENHAUS, 2020; ROWE, 2015; MAIA et al., 2020). Analisar as várias dimensões discursivas presentes nas conversações púbcas exige métodos que aprofundem a codificação de indicadores de qualidade dos fatores que estruturam e determinam a construção de linhas de significado durante o processo comunicativo.

Na área da comunicação, a literatura mais recente sobre o tema busca incorporar subsídios teóricos e metodológicos provenientes da ciência política que ajudem a operacionalizar a quantidade de dados e avaliar a qualidade dos discursos elaborados em diferentes contextos comunicativos, considerando a deliberação como algo mais complexo do que um mero processo de expressão e associação de preferências.

Entre os suportes metodológicos de análise que parecem melhor se adaptar às pesquisas sobre conversação online tem se destacado o Índice de Qualidade do Discurso (STEENBERGEN et al., 2012), desenvolvido com a finalidade de avaliar a qualidade da deliberação realizada em instituições parlamentares por agentes políticos que se orientam mediante princípios representativos subjacentes à sua atividade legislativa.

Este artigo apresenta uma revisão da literatura sobre o Índice de Qualidade do Discurso (IQD), visando sintetizar os principais conceitos e modelos de análise desenvolvidos em diferentes estudos a partir de critérios normativos utilizados para avaliar a deliberação em esferas políticas. O artigo também faz apontamentos a respeito de como as recentes pesquisas em comunicação têm buscado incorporar e adaptar diferentes vertentes do IQD na análise da deliberação em ambientes virtuais.

O texto está dividido em três partes. A primeira introduz os principais conceitos, modelos analíticos de investigações que utilizaram o IQD como metodologia de pesquisa. A segunda apresenta estudos na área da comunicação que aplicaram indicadores do IQD na apreciação da qualidade e das características de conversações

online. Por fim, as conclusões examinam de que forma as pesquisas comunicacionais podem se valer das contribuições analíticas e teóricas advindas da ciência política para a construção de indicadores sobre a deliberação pública.

2. Medindo a qualidade discursiva

Entender as origens de conceitos e métodos facilita a compressão de seus posteriores desenvolvimentos, bem como de suas limitações e perspectivas de aprimoramento. Um dos primeiros trabalhos a destacar a importância de estudos sobre a qualidade da deliberação política foi o de Lascher (1996), que estabeleceu parâmetros conceituais para uma análise empírica e sistemática dos debates legislativos.

As discussões em instâncias políticas representativas são caracterizadas pelo processo de tomada de decisões por parte de legisladores a respeito do mérito de determinada ação a ser feita que objetive algum bem coletivo. A substância da discussão envolve aquilo que, idealmente, é desejável para os próprios legisladores enquanto representantes dos interesses e preferências da parte da sociedade composta por seus eleitores.

Para tomar decisões, esses legisladores fazem uso de certos conhecimentos e informações que empregam sob a forma de argumentos na tentativa de persuadir os outros sobre as suas ideias e seus posicionamentos. Com base na necessidade implícita de que haja uma resolução ao final da deliberação, os legisladores tendem a adotar uma postura de abertura para serem convencidos pela opinião de seus pares, uma vez que estão empenhados em tomar suas decisões finais sobre propostas políticas de acordo com um julgamento consensual sobre o mérito da matéria em apreciação.

Partindo desses pressupostos, Lascher (1996) desenvolveu quatro indicadores a ser utilizados na análise do conteúdo e da qualidade das deliberações políticas. O primeiro deles diz respeito à *variedade de perspectivas* que podem ser apresentadas pelos participantes, de modo que a exclusão de certas opiniões levaria a uma

avaliação negativa da qualidade do debate. O segundo indicador é o “estrutura dos argumentos”, que verifica quais foram as razões apresentadas para fundamentar o discurso proferido (por exemplo, razões de ordem utilitarista, de bem comum, de valores éticos, de direitos fundamentais etc). O terceiro avalia a “presença de informações” que colaboram para a fundamentação dos argumentos (por exemplo, estatísticas, reportagens, pesquisas etc). O quarto indicador é o de “oportunidade para crítica”, que examina em que medida os participantes fazem críticas aos argumentos uns dos outros e de que maneira respondem a essas críticas.

Cabe ressaltar que no terceiro indicador, “estrutura dos argumentos”, Lascher (1996) menciona a possibilidade de se analisar as razões argumentativas não apenas de acordo com o seu aspecto ideológico, mas conforme regras lógicas e artifícios retóricos que ordenam internamente a sequência de um discurso, tais como silogismo, demonstração apodítica, raciocínio *ad hominem*, argumentos circulares, argumentos com petição de princípio, premissas ambíguas etc (WALTON, 1992).

Outro estudo precursor na área foi o de Holzinger (2004), originalmente publicado em 2001, que investigou o debate parlamentar alemão sobre a gestão de resíduos e recicláveis a partir dos conceitos políticos de “barganha” e “argumentação”. Teoricamente, à ideia de ação comunicativa, mais persuasiva, correspondia a noção de “argumentação”, enquanto à ideia de ação estratégica, mais pragmática, era associada a noção de “barganha”, e os espaços em que se desenrolavam essas ações eram denominados, respectivamente, “fórum” e “mercado” (ELSTER, 1991).

Embora parte da literatura política colocasse os termos em posições opostas, a autora (2004) sustentou que ambos eram formas complementares de um esforço conjunto de mediar e solucionar conflitos por meio da comunicação pública, de modo que tais processos poderiam ser decompostos e analisados com base em seus enunciados individuais e na relação entre eles. Desse modo, foi desenvolvida uma metodologia para analisar os conflitos comunicativos a partir da teoria dos atos de fala (SEARLE, 1969).

Ao contrário da semântica, esse método não examinava separadamente os componentes linguísticos e textuais que estruturam um discurso, mas buscava identificar quais eram os elementos presentes naquilo que é comunicado em um ato

de fala, seja uma forma de reivindicação, argumentação, justificação, exigência, sugestão, rejeição, etc. Holzinger (2004) dividiu os atos de fala em locucionários, que é a ação de expressar um enunciado, ilocucionários, no qual se manifesta propriamente a intenção comunicativa, e perlocucionários, que aponta os efeitos persuasivos produzidos no interlocutor.

Em sua pesquisa, a autora (2004) concentrou a investigação em torno da fala ilocucionária, já que o seu objetivo era analisar o processo comunicativo a partir do qual se formavam os conceitos de “barganha” e “argumentação” durante as sessões legislativas. A fala ilocucionária é composta por três encadeamentos expositivos: (1) um conteúdo proposicional em que algo é dito (por exemplo, “qualquer proposição p ”); (2) um motivo para que esse conteúdo seja dito (o orador tem razões ou provas de que p seja verdade); (3) a consistência do conteúdo da proposição p (aquilo que p representa em uma situação real).

A teoria dos atos de fala pode ser aplicada metodologicamente de maneira quantitativa ou qualitativa. No primeiro caso, criam-se codificadores para classificar em grupos certos tipos de atos de fala com base na frequência com que eles são empregados por cada participante em sua argumentação. No segundo caso, as linhas de sentido de cada enunciado são reconstruídas de acordo com diferenciações e nuances, e o resultado da mediação entre os vários discursos é analisado por indicadores e valores definidos conforme objetivos políticos como consenso, aceitação, rejeição, cooperação etc.

Outro estudo relevante sobre indicadores qualitativos é o de Schimmelfennig (2001), que investigou as características dos argumentos em negociações políticas em âmbito internacional utilizando como objeto de análise as discussões em torno da adesão dos países do centro e do leste europeu à União Europeia. Sua pesquisa parte da ideia de que boa parte dos sistemas políticos institucionalizaram certos padrões de legitimidade discursiva baseados em noções de identidade coletiva, valores e normas constitutivos da comunidade.

Esse padrão atribui diferentes níveis de legitimidade às aspirações, preferências e comportamentos dos atores políticos conforme a capacidade que demonstrem de justificar seus objetivos políticos com base na argumentação ou, como designa o autor

(SCHIMMELFENNIG, 2001, p. 62), na “ação retórica”. Em deliberações políticas, discursos alinhados com os padrões de legitimidade da comunidade tendem a ser fortalecidos, enquanto discursos contrários ou que destoam desses padrões tendem a ser deslegitimados, independentemente do mérito de sua argumentação. Essa deslegitimação é feita em um debate por meio de mecanismos retóricos como a coerção, a repreensão, o escárnio e a condenação pública de objetivos e ideias consideradas ilegítimas.

De acordo com a teoria institucionalista (KOELBLE, 1995), os participantes de uma deliberação pública tendem a cumprir os padrões normativos a fim de evitar sanções que lhes imponham perdas em seu capital político (não reeleição, perda de eleitores e de apoio partidário, baixa exposição na mídia etc).

No entanto, no plano das relações internacionais esses padrões tendem a ter uma menor influência nas ideias discutidas e nas decisões a serem tomadas, uma vez que a estrutura de autoridade é descentralizada, seus membros muitas vezes não possuem mandatos eletivos, e as proposições escapam do controle efetivo das legislaturas nacionais. Schimmelfennig (2001) observou como a inclusão dos países do centro e do leste europeu na União Europeia foi facilitada pela ausência de um rigor institucional mais ativo.

Com base nessa literatura consolidada de estudos, Steenbergen et al. (2003) desenvolveram o Índice de Qualidade do Discurso (IQD) para analisar os argumentos apresentados em discussões políticas. Pesquisas posteriores (STEFFENSMEIER E SCHENCK-HAMLIN, 2008; SPÖRDLIN, 2003; ROGER E SCHAAL, 2013; LORD E TAMVAKI, 2012) se orientaram pelos critérios desenvolvidos pelos autores.

O índice é composto por sete indicadores que “conceituam a deliberação como uma variável contínua e permite uma análise de conteúdo quantitativa no nível dos atos de fala de debates gravados” (BACHTIGER, STEENBERGEN, 2004, P. 12). Os setes indicadores são os seguintes:

(1) participação (examina a possibilidade de cada um participar livremente de um debate); (2) nível de justificação (analisa em que medida um discurso fornece justificativas completas para as suas proposições); (3) conteúdo da justificação (verifica se o discurso de baseia em uma concepção do bem comum ou em termos

interesses próprios ou de grupos); (4) respeito (observa como os participantes tratam uns aos outros em termos de conduta); (5) demanda (analisa como os participantes consideram as demandas apresentadas para discussão); (6) contra-argumentos (examina o modo de interação entre discursos antagônicos); e (7) política construtiva (verifica a tentativa de produção de consenso a partir de uma articulação entre discursos concorrentes).

Cada uma dessas categorias comporta possibilidades de classificação dentro de uma escala de pontuações específicas que compõem o valor final dado ao conteúdo de cada argumentação. A metodologia do IQD busca compreender de que maneira os atores políticos arbitram as suas preferências e divergências e lidam com dilemas envolvidos na produção de decisões. Na área da comunicação, ainda que de maneira incipiente, algumas pesquisas mais recentes sobre deliberação pública têm buscado incorporar os subsídios metodológicos oferecidos por esse índice adaptando ao seu objeto específico de investigação.

3. O IQD na comunicação

A concepção deliberativa da democracia (HABERMAS, 1992) leva em consideração não apenas os aspectos normativos e institucionais presentes nas discussões públicas, mas busca abarcar a atividade cívica dos cidadãos em redes de sociabilidade que conferem dinâmica e organicidade ao conjunto político-social. Estudos na área da comunicação tem examinado de maneira cada vez mais detalhada a qualidade da conversação em esferas informais de deliberação que estimulam discussões públicas sobre assuntos políticos.

O trabalho de Ferree et. al. (2002) é frequentemente apontado na literatura especializada como pioneiro entre as pesquisas que buscam estabelecer critérios adequados para mensurar a qualidade dos debates públicos. O estudo analisou comparativamente a discussão sobre o aborto a partir de artigos publicados em jornais dos EUA e da Alemanha, buscando identificar características discursivas presentes

em quatro elementos que compõem um enunciado: quem fala, de que forma fala, o que comunica e qual o resultado dessa comunicação.

Foram então elaborados quatro indicadores que permitiam classificar os discursos a partir de seus elementos constitutivos: empoderamento, civilidade, diálogo e narrativa. Por empoderamento, os autores (2002) entenderam o espaço e o incentivo oferecidos pelos jornais a representantes de movimentos sociais em relação a outros atores historicamente mais hegemônicos dentro da sociedade civil. A categoria civilidade verificava a presença de termos ou sentenças ofensivas nos discursos dirigidos a oponentes ou de descrédito a posições e argumentos opostos.

Na terceira categoria, diálogo, os autores analisaram o processo de expressão e troca de ideias envolvido em uma discussão, avaliando em que medida os participantes desenvolviam plenamente as suas justificativas enquanto consideravam as perspectivas dos outros em seus argumentos. Por fim, em narrativa os discursos foram agrupados conforme os artigos apresentassem relatos que continham detalhes de experiências pessoais que fundamentavam argumentações mais amplas e complexas sobre o tema.

Com o advento da internet, das redes sociais e do aperfeiçoamento de portais destinados à deliberação pública houve uma tendência de fortalecimento de ambientes coletivos capazes de potencializar as práticas deliberativas. De acordo com Kasap (2013, p. 235, tradução nossa), “as contribuições desses ambientes para a democracia são possíveis especialmente quando as discussões online se encerram em um processo qualificado”.

Os ambientes online têm se mostrado um instrumento apropriado para prover os cidadãos com informações políticas mais amplas e acessíveis que os meios tradicionais de comunicação, por sua intensa interatividade e rapidez de feedback, o que tende a reforçar noções de cidadania e “ideais de comunidade, um senso de bem público e responsabilidade cívica, através da promoção de atividades que exijam confrontação com difíceis escolhas de valor e as consequências dessas escolhas” (HALE, MUSSO, WEARE, 2005, p. 106, tradução nossa).

A partir do desenvolvimento do Índice de Qualidade do Discurso (IQD), as pesquisas sobre deliberação online tentaram se orientar segundo o método valorativo

dos componentes discursivos presentes nas conversações públicas. Trénel (2004) adicionou dois indicadores aos sete desenvolvidos por Steenbergen et al. (2003), de modo a ampliar os critérios de codificação para além de uma perspectiva que reduz o processo de construção argumentativa à dimensão exclusivamente racional-crítico.

Os dois indicadores são os de testemunho e equilíbrio emocional. O primeiro diz respeito às histórias pessoais contadas pelos indivíduos para fundamentar argumentos visando construir um entendimento compartilhado que produza empatia entre os demais participantes da discussão. O segundo se refere ao aspecto passional da deliberação em que a expressão de emoções pode indicar a relevância de determinado tema, demanda ou problema para um grupo de pessoas.

A pesquisa de Maia et al. (2017) também enfatizou o aspecto sentimental da deliberação pública a respeito da redução da maioria penal. A metodologia foi elaborada a partir da adaptação do IQD, com as variáveis de respeito (classificado em uso de linguagem chula, uso de linguagem respeitosa e escuta respeitosa); nível de justificação dos argumentos; conteúdo da justificação dos argumentos (classificado em menções à visão do próprio grupo, a outro grupo, ao bem comum e princípios abstratos); força do melhor argumento; uso de histórias pessoais.

Já Jaramillo e Steiner (2014) apontaram em seu estudo as limitações que o IQD possui ao tratar de discussões curtas, realizadas em pequenos grupos, razão pela qual criaram um índice similar chamado Momentos Transformativos Deliberativos (DTM). Algumas discussões são caracterizadas por uma troca rápida de informações, com muitos atalhos discursivos.

É o caso, por exemplo, quando um participante faz comentário com uma alta qualidade deliberativa de acordo com o IQD, dando uma boa sustentação para a sua argumentação. Um outro participante responde a esse comentário simplesmente expressando uma concordância a ele, mas, por ser um enunciado muito curto e de elaboração simples, a sua pontuação no IQD seria baixa.

No entanto, em uma perspectiva mais ampla, tal comentário não interrompeu o fluxo da discussão, que pode ter seguido em uma alta qualidade deliberativa. O DTM visa analisar essas pequenas sequências discursivas que modulam o percurso da

conversação. Há uma sinuosidade nos debates, com momentos deliberativos de alta e baixa qualidade argumentativa.

O índice verifica “quanto tempo uma discussão permanece em um nível alto de deliberação, quando é transformada para um nível baixo, quanto tempo permanece nesse nível baixo e quando é transformada de volta para um nível alto” (JARAMILLO E STEINER, 2014, P. 2). Para essa finalidade, quatro categorias de análise foram desenvolvidas:

(1) tópico: diz respeito à consistência do fluxo deliberativo, pressupondo que enquanto um ato de fala permanecer dentro do mesmo assunto, ainda que breves comentários intercalem o fluxo comunicativo, o nível de deliberação permanece alto; (2) interrupção: quando são mencionados tópicos semelhantes ao assunto em discussão, mas que interrompem o fluxo da conversação gerando comentários incoerentes e confusos entre os participantes; (3) fora de tópico: se refere aos momentos em que outros tópicos são trazidos ao debate, mas que nada tem a ver com assunto em discussão; (4) retomada: durante o fluxo deliberativo interrompido são apresentados novos e bons comentários que mantêm o assunto em discussão.

Fournier-Tombs (2018) adaptou a metodologia do IQD para a análise automatizada de ambientes virtuais utilizando os algoritmos da ciência da computação e a chamada teoria dos grafos aplicada (imagens geradas por softwares, por exemplo, o *Gephi*), que permite a representação e a compreensão das várias conexões existentes entre diferentes elementos ou nós (*nodes*) dentro de uma rede deliberativa em termos de densidade, centralidade e afastamento estruturais.

Dentro da arquitetura de uma conversa, os comentários “que estão respondendo à postagem original podem ter uma categoria de IQD diferente dos comentários que estão respondendo a outros comentaristas ou que possuem muitas respostas” (FOURNIER-TOMBS, 2018, P. 29). Com base nisso, a autora desenvolveu cinco indicadores para uma métrica quantitativa:

(1) grau de centralidade: verifica quantas conexões um nó possui, isto é, quantos comentários “A” se referem diretamente a um comentário “B”; (2) intermediação: calcula o número de caminhos ou interconexões que um nó possui; (3) lateralidade: avalia se uma postagem tem ou não uma resposta, e se isso tem algum impacto na

qualidade do discurso; (4) frequência do comentador: examina o número de postagens de uma mesma pessoa, se elas são condutoras da conversação ou se são moderadores informais; (5) excentricidade: analisa a distância máxima entre um nó e outro em razão de seu caráter excêntrico, o que o torna menos relevante na discussão e com menor probabilidade de receber interação.

A revisão desse conjunto de pesquisas que buscaram incorporar a metodologia do IQD em suas investigações sobre a deliberação online buscou ressaltar a importância de se analisar o nível de qualidade dos comentários apresentados em debates públicos a fim de verificar em que medida eles se aproximam de uma situação ideal de conversação em que se sobressaem critérios como participação aberta, justificativa de proposições, esclarecimento a respeito do assunto em apreciação, consideração a proposições que visem o bem comum, respeito pelos outros participantes e intervenções emocional e racionalmente motivadas.

4. Conclusão

Este artigo apresentou uma revisão da literatura a respeito dos estudos sobre a qualidade da deliberação pública a partir do Índice de Qualidade do Discurso. A compreensão da maneira como ocorre o debate político institucionalizado, analisando aspectos referentes à profundidade da conversação e ao conteúdo da argumentação, pode fornecer mecanismos metodológicos que possibilitam a construção de indicadores mais precisos a respeito da estrutura das discussões e de sua dinâmica subjacente, que terminam por impulsionar a troca de informações e experiências entre os participantes.

O IQD permite estabelecer alguns parâmetros sobre a natureza do sistema político e legislativo de cada país, por exemplo, verificando se a deliberação tende a ser do tipo consensual ou competitivo e que tipo de ambiente facilita a produção de argumentações qualificadas, se são as esferas formais ou informais de deliberação.

Dentro do cenário representativo em que certos agentes políticos tomam as decisões em nome do conjunto dos cidadãos, a abertura política à deliberação dos

cidadãos em ambientes online possibilita a diversificação de perspectivas e pode servir como um catalisador para a revitalização da prática cívica de uma sociedade, permitindo que os representados exerçam uma influência maior e mais constante sobre os seus representantes. Nesse ponto, a internet e as redes sociais podem impulsionar as demandas populares e estreitar o relacionamento com o poder público.

Abordagens empíricas sobre a deliberação online podem ajudar no desenvolvimento teórico, ao transformar os pressupostos normativos em hipóteses testáveis, e posteriormente metodológico, ao identificar progressivamente um conjunto de condições necessárias para qualificar as discussões em termos apropriados aos princípios democráticos.

Referências

BACHTIGER, André; STEENBERGEN, Marco R. **The real world of deliberation**. A comparative study of its favorable conditions in legislatures. 2004.

BOND, Robert M. et al. **A 61-million-person experiment in social influence and political mobilization**. Nature, v. 489, n. 7415, p. 295-298, 2012.

ESAU, Katharina; FLEUß, Dannica; NIENHAUS, Sarah-Michelle. **Different Arenas, Different Deliberative Quality?** Using a Systemic Framework to Evaluate Online Deliberation on Immigration Policy in Germany. Policy & Internet, 2020.

ELSTER, Jon. **Arguing and bargaining in the Federal Convention and the Assemblée Constituante**. Center for Study of Constitutionalism in Eastern Europe, School of Law, University of Chicago, 1991.

FERREE, Myra Marx et al. **Shaping abortion discourse: Democracy and the public sphere in Germany and the United States**. Cambridge University Press, 2002.

FOURNIER-TOMBS, Eléonore. **DelibAnalysis**: understanding online deliberation through automated discourse quality analysis and topic modeling. 2018. Tese de Doutorado. University of Geneva.

GÖBEL, Sascha. **Voting and Social Media-Based Political Participation**. 2020.

HABERMAS, J. **Further Reflections on the Public Sphere**. In: CALHOUN, Craig J. Habermas and the public sphere. MIT press, 1992.

HAENSCHEN, Katherine. **Social pressure on social media**: Using Facebook status updates to increase voter turnout. Journal of Communication, v. 66, n. 4, 2016.

HALE, M.; MUSSO, J.; WEARE, C. **Developing digital democracy**: evidence from Californian municipal web pages. In: N. HAGUE, Barry; D. LOADER, Brian. *Digital Democracy: Discourse and Decision Making in the Information Age*. New York: Routledge, 2005.

HOLZINGER, Katharina. **Bargaining through arguing**: an empirical analysis based on speech act theory. *Political Communication*, v. 21, n. 2, p. 195-222, 2004.

JARAMILLO, Maria Clara; STEINER, Jurg. **Deliberative Transformative Moments**. A New Concept as Amendment to the Discourse Quality Index. 2014.

KOELBLE, Thomas A. **The new institutionalism in political science and sociology**. 1995.

LASCHER, Edward L. **Assessing Legislative Deliberation**: A Preface to Empirical Analysis. *Legislative Studies Quarterly*, vol. 21, no. 4, 1996.

LORD, Christopher; TAMVAKI, Dionysia. **The politics of justification?** Applying the 'Discourse Quality Index' to the study of the European Parliament. *European Political Science Review*, v. 5, n. 1, 2013.

MAIA, Rousiley CM et al. **Which types of reason-giving and storytelling are good for deliberation?** Assessing the discussion dynamics in legislative and citizen forums. *European Political Science Review*, v. 12, n. 2, 2020.

MAIA, Rousiley et al. **Conversação e deliberação sobre questões sensíveis**: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. *Galáxia (São Paulo)*, n. 34, p. 55-72, 2017.

OZ, Mustafa; ZHENG, Pei; CHEN, Gina Masullo. **Twitter versus Facebook**: Comparing incivility, impoliteness, and deliberative attributes. *New media & society*, v. 20, n. 9, p. 3400-3419, 2018.

ROGER, Léa; SCHAAL, Gary S. **The Quality of Deliberation in Two Committees of the European Parliament**: The Neglected Influence of the Situational Context and the Policymaking Stage. *Politics and Governance*, v. 1, n. 2, 2013.

ROWE, Ian. **Deliberation 2.0**: Comparing the deliberative quality of online news user comments across platforms. *Journal of broadcasting & electronic media*, v. 59, n. 4, p. 539-555, 2015.

SCHIMMELFENNIG, Frank. **The community trap**: Liberal norms, rhetorical action, and the eastern enlargement of the European Union. *International organization*, 2001.

SEARLE, John. **Speech acts**: An essay in the philosophy of language. Cambridge university press, 1969.

SPÖRNDLI, Markus. **Discourse quality and political decisions**: an empirical analysis of debates in the German conference committee. WZB Discussion Paper, 2003.

STEFFENSMEIER, Timothy; SCHENCK-HAMLIN, William. **Argument quality in public deliberations**. *Argumentation and advocacy*, v. 45, n. 1, p. 21-36, 2008.

TRÉNEL, Matthias. **Measuring the deliberativeness of online discussions**. *Coding scheme*, v. 2, 2004.

VALERA-ORDAZ, Lidia. **Liberal individualist, communitarian, or deliberative?** Analyzing political discussion on Facebook based on three notions of democracy. *International journal of communication*, v. 13, p. 21, 2019.



VÖLKER, Teresa. **Deliberative Democracy in the Age of Social Media.** Democracia deliberativa na Era das Redes Sociais. Revista Publicum, v. 5, n. 2, p. 73-105, 2019.

WALTON, Douglas N. **Plausible argument in everyday conversation.** SUNY Press, 1992.